

EDITORIAL

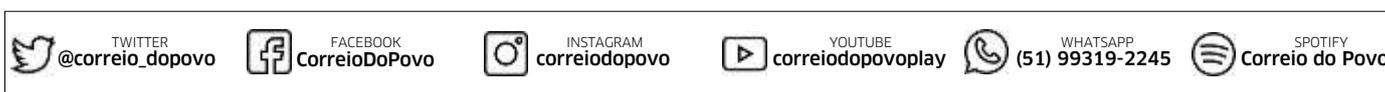
Megaoperação em prol da coletividade

A escalada da criminalidade exige das forças policiais respostas à altura para que a sociedade sinta que elas estão atentas e atuantes para defender a vida e o patrimônio das pessoas no cotidiano e para fazer com que os meliantes respondam por seus delitos e sejam efetivamente punidos na proporção dos males causados. E, no tocante a isso, os gaúchos recebem a contrapartida por parte das autoridades e reconhecem os esforços realizados pelos órgãos da área de segurança.

Um exemplo desta atuação foi dado na sexta-feira, com uma megaoperação que uniu diversos departamentos da Polícia Civil. DPI, DPM, Core, Denarc, Deic, DHPP, DPGV e GIE participaram da mobilizando anticrime no cumprimento das ordens judiciais, contando ainda com a colaboração da Brigada Militar. Por meio da Operação Avalanche, realizada em todo o RS, efetivaram-se ao menos 203 prisões, sendo 77 em flagrante. A força-tarefa contou com 1.800 policiais civis no cumprimento das ordens judiciais. Foram cerca de 300 mandados de busca e apreensão, com apreensão de mais de R\$ 284 mil em espécie, 84,6 kg de maconha, 7 kg de cocaína e recolhimento de 36 armas de fogo. Também houve bloqueio de valores em contas bancárias, o que constitui um meio eficaz para asfixiar as finanças dos grupos criminosos.

Essa ofensiva vem em boa hora para mostrar aos meliantes que eles não ficarão impunes e que a coletividade tem seus meios de realizar a necessária persecução penal para que eles arquem com as consequências de suas condutas ilegais. Esse tipo de iniciativa é fundamental e, certamente, deve ser feita a par com ações sociais nas comunidades a fim de criar oportunidades para que crianças e adolescentes possam ter perspectivas de uma vida melhor, sem serem cooptadas pelas facções delituosas.

Operações como a dessa envergadura geram confiança nos cidadãos de que a criminalidade está sendo devidamente coibida. E que esse combate é permanente.



CHARGE

Amorim



ARTIGO

opinio@correiodopovo.com.br

Dez anos depois da tragédia, será o fim da Lei Kiss?

Cezar Henrique Ferreira

Presidente do Sindicato dos Engenheiros no RS

A 60 dias de completar dez anos da tragédia da Boate Kiss, o governo e os deputados promoveram mais um retrocesso, desconfigurando a segurança contra incêndio no RS. Isso porque a ALRS aprovou o PLC do Executivo 182/2022 que extingue o licenciamento de edificações e áreas de risco por meio do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB). A alteração estabelece que edificações ou áreas de risco que hoje são reguladas pelo licenciamento simplificado fiquem isentas de alvará, mantendo, no entanto, a necessidade de implantação de medidas de segurança contra incêndios para atendimento à Lei Kiss. A liberação aprovada poderá impactar até quase mil atividades econômicas. O texto da lei inclui edificações e áreas de risco classificadas com grau de risco de incêndio médio como isentas de alvará. Ou seja, trata-se de ignorar conceitos modernos e consagrados em legislações, resoluções técnicas dos bombeiros, normas técnicas da ABNT e as melhores práticas internacionais para classificação de riscos de incêndios.

O CLCB faz parte das flexibilizações acrescentadas na lei em 2016 já com justificativas de desburocratização. Essas flexibilizações foram fortemente combatidas na esfera judicial pelo Senge-RS. O certificado já é um verdadeiro ataque à segurança contra incêndios. Agora, a aprovação desse PLC precariza ainda mais a engenharia de segurança contra incêndios, alterando a lei a partir de premissas equivocadas e de práticas de mercado que atacam o exercício das profissões de engenheiros e arquitetos na segurança contra incêndios. Do ponto de vista técnico, não há avanço, pois a necessidade de implantação de medidas de segurança contra incêndios para atendimento da lei, reforçada no projeto de lei aprovado, alimenta ainda mais o exercício ilegal das profissões.

Precisamos avançar tecnicamente e não deixarmos que ideologias políticas prevaleçam sobre o debate técnico e da segurança da sociedade. As entidades de classe precisam ser ouvidas para viabilizar as correções necessárias e, caso contrário, a elas não restará outra alternativa que não buscar o Poder Judiciário, em defesa das categorias profissionais e principalmente da segurança das pessoas, evitando que mais tragédias ocorram.

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviados para o e-mail opinio@correiodopovo.com.br. As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identidade e telefone de contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Caldas Júnior, 219, CEP 90019-900, ou pelo e-mail doleitor@correiodopovo.com.br. Por razões de clareza ou espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

DO LEITOR

Renato Panattieri

doleitor@correiodopovo.com.br ou via redes sociais

Farmácia popular

Fui buscar medicamentos pela Farmácia Popular, como faço há anos. Necessito de três caixas do medicamento para diabetes e quatro para hipertensão. Para minha surpresa, o sistema liberou duas para diabetes e três para hipertensão. Esse recurso, economizado comigo, vai para financiamento de campanha eleitoral, fundo eleitoral, entre outros. Por favor, revertam essa situação!

João Fernando Andriço

Canoas, via e-mail

Controle difícil

Os casos de Covid-19 voltam a aumentar, mas será difícil controlar o pessoal, principalmente, em festas de final de ano e com a chegada da temporada de praia. O povo não aguenta mais ficar isolado. O verão é algo atrativo e todos saem às ruas. De acordo com os dados da Secretaria Municipal da Saúde de São Gabriel, na semana passada, o município tinha 15 pacientes com Covid. Nesta semana, o número subiu para 22, isso comprova o que os especialistas da saúde vêm discorrendo: os números voltaram a crescer no Brasil, no Rio Grande do Sul e em nível local. Os casos vêm aumentando, mas, felizmente, sem internação hospitalar. A população só correu para os postos de saúde no auge da Covid-19, tomando a primeira e a segunda doses. Há muita gente com o calendário incompleto. Imunizem-se!

Guido Ávila

São Gabriel, via e-mail



CP Saúde 26/11



CP Cidades 30/11

Gilson L. Dipp

O jurista passo-fundense Gilson L. Dipp, falecido no dia 28/11, recebe, reconhecidamente, as homenagens da sociedade brasileira. Em 2009, foi considerado pela revista Época um dos cem brasileiros mais influentes. Como ministro do STJ, proferiu mais de 80 mil decisões. Dipp será sempre lembrado pelo rigor de suas decisões, a cordialidade no tratamento com as pessoas e habilidade em conciliar opiniões (CP, 30/11). Comprometido com o bem comum, por ocasião de sua aposentadoria, deixou dito: "Tive a oportunidade, dentro e fora do Judiciário, de conhecer a realidade de um país com inúmeras carências, uma desigualdade social profunda, uma injusta distribuição de renda, uma dificuldade tremenda de acesso à Justiça".

Sebastião Cruz, Passo Fundo, via e-mail

GRUPO RECORD RS
CORREIO DO POVOFUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIORDIRETOR PRESIDENTE
Sidney Costa | scosta@correiodopovo.com.brDIRETOR DE REDAÇÃO
Telmo Ricardo Borges Flor | telmo@correiodopovo.com.brDIRETOR COMERCIAL
João Müller | jmuller@correiodopovo.com.brATENDIMENTO AO ASSINANTE
Fones (51) 3216.1600 e 0800.0099100
atendimento@correiodopovo.com.brATENDIMENTO PRESENCIAL
Rua Caldas Júnior, 219
das 8h30min às 17hREDAÇÃO
Rua Caldas Júnior, 219 - Porto Alegre, RS
CEP 90019-900 | Fone (51) 3215-6111

FILIADO: INSTITUTO VESTIBULAR DE ZORINGUINI

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

COMERCIAL
Atendimento às Agências
Fone (51) 3215.6169Teleanúncios
Fone (51) 3216.1616
anuncios@correiodopovo.com.brOPEC
Operação Comercial
Fone (51) 3215-6101, ramais 6172 e 6173
opec@correiodopovo.com.brVENDA DE ASSINATURA
Fone (51) 3216.1606

Modalidade	Capital-POA	Interior RS/SC/PR
Digital (todos os dias)	R\$ 39,90	R\$ 39,90
Impresso Sáb./Dom.	R\$ 58,60	R\$ 60,40
Impresso Seg. a Sex.	R\$ 77,20	R\$ 79,40
Impresso Seg. a Dom.	R\$ 89,20	R\$ 91,30

VENDA AVULSA
Capital-POA: R\$ 3,50
Interior/RS, SC e PR: R\$ 4,00
Demais Estados: R\$ 6,00 mais frete